

BC debate segurança cibernética

Tema foi discutido com infraestruturas financeiras e bancos. BC e demais players alinharam entendimentos sobre o assunto.

Leia a matéria e saiba como foi o encontro ocorrido no Edifício-Sede.

O Banco Central (BC) promoveu o “BC Cyber Resilience Forum 2026 Provedores Críticos”. O evento, realizado no início do mês, reuniu representantes da autoridade monetária, provedores de tecnologia, empresas de segurança e bancos para discutir aspectos técnicos relacionados à segurança cibernética e à resiliência operacional do Sistema Financeiro Nacional (SFN), além de alinhar entendimentos sobre o assunto.

Durante sua participação na abertura do evento, o Diretor de Administração do BC, Rodrigo Teixeira, defendeu que a “pauta de segurança cibernética é fundamental hoje para a ‘saúde’ do SFN” e lembrou que, nos últimos anos, o Sistema avançou de forma notável em digitalização, integração e escala. Segundo ele, “infraestruturas como o Pix e o Sistema de Transferência de Reservas (STR) tornaram-se elementos cotidianos e críticos da vida econômica do país, avanço que criou inclusão, eficiência e competitividade, mas também ampliou nossa exposição a riscos”.

Ao mesmo tempo, no entanto, Teixeira ressaltou que os acontecimentos dos últimos meses (de crimes cibernéticos no sistema financeiro) evidenciaram uma mudança de patamar na natureza do risco cibernético, hoje um risco estrutural do SFN.

“É nesse contexto que esse evento foi concebido. Ao reunir fornecedores de software, provedores de serviço de tecnologia da informação e provedores da rede do SFN, o BC sinaliza uma compreensão clara: a resiliência do sistema não é construída de forma isolada, mas depende do engajamento coordenado de todo o ecossistema de provedores críticos que sustentam as infraestruturas financeiras do país”, disse Rodrigo Teixeira, Diretor de Administração do BC.

Teixeira destaca, ainda, que a segurança de uma infraestrutura crítica depende tanto da robustez interna das instituições quanto do nível de maturidade de seus fornecedores, parceiros e prestadores de serviços.

Estabilidade

O Diretor de Fiscalização do BC, Ailton Aquino, também participou da abertura do evento. Segundo ele, risco cibernético é um dos assuntos que mais engajam as equipes da Autarquia, independentemente do dia, da data e do horário. “O risco cibernético é central, é um risco para a estabilidade financeira”, afirmou.

Na sua visão, para combater o problema, o diálogo sobre o assunto é estratégico e precisa ser feito de forma constante. Ele lembrou que os recentes incidentes de segurança cibernética ocorridos no sistema financeiro exigiram que o BC trabalhasse de forma rápida e ágil em novas regulamentações e enfrentasse os desafios que surgiram.

“A agenda normativa de cibersegurança do BC vai continuar. O que nós esperamos é que os riscos sejam muito bem mapeados e os controles implementados e testados de forma periódica.”

O Diretor enfatizou a importância do monitoramento contínuo, de forma ininterrupta, por parte dos bancos e dos provedores de tecnologia, e ressaltou que “estrutura, resiliência e gestão de riscos têm que estar presentes em cada uma dessas entidades. A qualidade dos controles, da governança e da resposta a incidentes impacta diretamente a estabilidade, a confiança e a continuidade dos serviços financeiros como um todo”.

Ele ainda abordou a questão da terceirização, comum no mercado, e destacou que ela não

transfere integralmente os riscos, seja para o prestador ou para a instituição financeira: “Todo o ecossistema precisa investir em mecanismos de controle e de segurança de forma proporcional aos seus riscos. A Supervisão (do BC) vai avaliar a capacidade efetiva de gestão de riscos e de incidentes (por parte dessas entidades)”.

“Para a estabilidade do SFN, é preciso garantir que os serviços críticos do SFN e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) sejam suportados por arranjos operacionais e serviços tecnológicos seguros e resilientes”, finalizou.

Amplitude

Durante o evento, as discussões trataram de diversos temas relacionados à cibersegurança do SFN.

Na ocasião, o Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação (Deinf) do BC, Caio Fernandes, considerou o encontro como sendo “um espaço importante de troca de informações para que possamos sair cada vez mais fortes, com mais capacidade de reação a esses eventos cibernéticos”.

Por sua vez, Aristides Cavalcante, Chefe do Departamento de Gestão Estratégica e Supervisão Especializada (Degef) do BC, reafirmou o compromisso de que a Instituição continuará evoluindo no combate aos crimes cibernéticos e analisando eventuais novos aprimoramentos regulatórios.

Ambos comentaram sobre a importante agenda de inovação capitaneada pelo BC e implementada nos últimos anos no SFN (Pix, Open Finance etc.), a qual beneficiou milhares de cidadãos e empresas, mas também aumentou os riscos do sistema: o reporte de incidentes críticos comunicados por ano pelas instituições financeiras ao BC saltou de 20, em 2020, para 76, em 2025; já o número de incidentes com subtração de recursos financeiros das instituições financeiras (fraudes) saltou de 9 para 36 nesse mesmo período.

Para eles, são fundamentais para a resiliência cibernética do SFN: a correta gestão de acesso, a mitigação dos riscos de terceiros e a proteção de Application Programming Interface (APIs), além do monitoramento das operações em si.

Copom reduz a taxa Selic para 14,50% a.a.

O ambiente externo permanece incerto, em função da indefinição a respeito da duração, extensão, e desdobramentos dos conflitos geopolíticos no Oriente Médio, com reflexos nas condições financeiras globais. Tal cenário exige cautela por parte de países emergentes em ambiente marcado por elevação da volatilidade de preços de ativos e commodities.

Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores segue apresentando, conforme esperado, trajetória de moderação no crescimento da atividade econômica, enquanto o mercado de trabalho ainda mostra sinais de resiliência. Nas divulgações mais recentes, a inflação cheia e as medidas subjacentes aceleraram, distanciando-se adicionalmente da meta para a inflação.

As expectativas de inflação para 2026 e 2027 apuradas pela pesquisa Focus permanecem em valores acima da meta, situando-se em 4,9% e 4,0%, respectivamente. A projeção de inflação do Copom para o quarto trimestre de 2027, atual horizonte relevante de política monetária, situa-se em 3,5% no cenário de referência (Tabela 1).

Os riscos para a inflação, tanto de alta quanto de baixa, permanecem mais elevados que o usual, perante a indefinição acerca dos conflitos no Oriente Médio. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma desancoragem das expectativas de inflação por período mais prolongado, com horizontes mais longos incorporando impactos potenciais de segunda ordem de restrições de oferta de petróleo e seus derivados; (ii) uma maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais positivo; e (iii) uma conjunção de políticas econômicas externa e interna que tenham impacto

inflacionário maior que o esperado, por exemplo, por meio de uma taxa de câmbio persistentemente mais depreciada. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma eventual desaceleração da atividade econômica doméstica mais acentuada do que a projetada, tendo impactos sobre o cenário de inflação; (ii) uma desaceleração global mais pronunciada decorrente dos choques de comércio e do petróleo, e de um cenário de maior incerteza; e (iii) uma redução nos preços das commodities com efeitos desinflacionários.

O Comitê segue acompanhando como os desenvolvimentos da política fiscal doméstica impactam a política monetária e os ativos financeiros, reforçando a postura de cautela em cenário de maior incerteza. Os indicadores correntes de atividade econômica mostram recuperação em relação ao último trimestre de 2025, mantendo-se consistentes com uma trajetória de desaceleração no acumulado de 2026, enquanto o cenário segue sendo marcado por expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, e pressões no mercado de trabalho.

O Comitê considera os impactos dos conflitos no Oriente Médio de forma prospectiva, em particular seus efeitos sobre a cadeia de suprimentos global e os preços de commodities que afetam direta e indiretamente a inflação no Brasil. Nesse momento, as projeções de inflação apresentam distanciamento adicional em relação à meta no horizonte relevante para a política monetária. Ao mesmo tempo, a incerteza acerca dessas projeções foi elevada consideravelmente, em função da falta de clareza sobre a duração dos conflitos e de seus efeitos sobre os condicionantes dos modelos de projeção analisados. O Comitê julgou apropriado dar sequência ao ciclo de calibração da política monetária, na medida em que o período prolongado de manutenção da taxa básica de juros em patamar contracionista propiciou evidências da transmissão da política monetária sobre a desaceleração da atividade econômica, criando condições para que ajustes no ritmo e extensão dessa calibração, à luz de novas informações, sejam possíveis de forma a assegurar o nível compatível com a convergência da inflação à meta.

O Copom decidiu reduzir a taxa básica de juros para 14,50% a.a., e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

No cenário atual, caracterizado por forte aumento da incerteza, o Comitê reafirma serenidade e cautela na condução da política monetária, de forma que os passos futuros do processo de calibração da taxa básica de juros possam incorporar novas informações que aumentem a clareza sobre a profundidade e a extensão dos conflitos no Oriente Médio, assim como seus efeitos diretos e indiretos sobre o nível de preços ao longo do tempo.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Gabriel Muricca Galípolo (presidente), Ailton de Aquino Santos, Gilneu Francisco Astolfi Vivan, Izabela Moreira Correa, Nilton José Schneider David e Paulo Picchetti.

Tabela 1

Projeções de inflação no cenário de referência

Variação do IPCA acumulada em quatro trimestres (%)

Índice de preços	2026	4º tri 2027
IPCA	4,6	3,5
IPCA livres	4,5	3,5
IPCA administrados	4,8	3,6

No cenário de referência, a trajetória para a taxa de juros é extraída da pesquisa Focus e a taxa de câmbio parte de R\$5,00/US\$, evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC). O preço do

petróleo segue aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passa a aumentar 2% ao ano posteriormente. Além disso, adota-se a hipótese de bandeira tarifária “amarela” em dezembro de 2026 e de 2027. O valor para o câmbio foi obtido pelo procedimento usual.

Fonte: [BC](#), em 29.04.2026.